

**RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO DA PRESTAÇÃO DE
CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014**

**SÃO JOÃO DO MANHUAÇU
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**SÃO JOÃO DO MANHUAÇU
MARÇO 2015**

Prefeito Municipal

NOME	CPF
JOÃO BATISTA GOMES	CPF 482.077.646-00

Responsável pelo Controle Interno

NOME	CPF
MARCIO JOSE GUIMARAES DE SANTANA	CPF: 035.981.647-93

Índice

1. Apresentação

2. Introdução

3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias

4. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária

5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira

6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial

7. Análise do cumprimento dos limites e condições para realização de operações de crédito

8. Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar

9. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal.

10. Avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município.

11. Avaliação da aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município

12. Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos

13. Análise da observância do disposto no art. 29-A da Constituição Federal, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo.

14. Aplicação de Recursos Públicos por Entidades de Direito Privado.

15. Medidas Adotadas para Proteger o Patrimônio Público, em Especial o Ativo Imobilizado.

16. Aplicação de Recursos Públicos por Entidades de Direito Privado.

17. Termos de Parceria Firmados e Participação do Município em consórcio Público, as Respectivas Leis e o Impacto Financeiro no Orçamento.

18. Indicação do montante inscrito em restos a pagar referente às contribuições previdenciárias devidas ao instituto próprio de previdência, com avaliação do impacto da inscrição sobre o total da dívida flutuante.

19. Detalhamento da composição das despesas pagas a título de obrigações patronais, distinguindo os valores repassados ao Instituto Nacional do Seguro Social e aqueles repassados ao instituto próprio de previdência.

20. Avaliação dos procedimentos adotados quando da renegociação da dívida para com o instituto próprio de previdência, com indicação do valor do débito, dos critérios utilizados para a correção da dívida, do número de parcelas a serem amortizadas ou de outras condições de pagamento pactuadas.

21. Certificação de que os registros de dívida de natureza previdenciária foram conciliados com aqueles inseridos nos demonstrativos contábeis do fundo de previdência (ou instituto), especialmente no que diz respeito a Restos a Pagar, Dívida Ativa, Contribuições a Receber e Empréstimos

22. Cumprimento Instrumento de Planejamento

23. Conclusão

1. Apresentação

Nos termos do art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101/00, art. 63 a 66 da Lei Complementar nº 33/94 e em atendimento ao disposto nas Instruções Normativas do TCE/MG, combinados com os artigos 75 a 80 da Lei n.º 4.320/64, apresentamos o Relatório de Controle Interno da Prestação de Contas do Exercício de 2014.

2. Introdução

O encerramento das contas do exercício financeiro de 2014 deixou evidenciado mais uma vez a evolução das práticas adotadas na administração pública com relação ao planejamento e acompanhamento da execução orçamentária.

A metodologia criada pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF para garantir o equilíbrio, a transparência e o controle das contas públicas está se consolidando à medida do uso, demonstrando que a condução dos negócios públicos está pautada na gestão fiscal responsável.

Nestes aspectos, procuramos durante o ano de 2014, otimizar a prestação de serviços internos e externos, sendo incisivos e exigentes quanto à necessidade de planejar a programação financeira e a realização dos desembolsos, preservando a legalidade e desta forma também garantindo a legitimidade dos processos.

A postura do Sistema de Controle Interno neste processo foi a de atuar de forma integrada, visando o cumprimento dos programas e metas do governo, atendendo desta forma toda a legislação que rege a matéria, acompanhando de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando à proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração, zelando também pela gestão otimizada dos processos desta administração.

3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias

O Plano Plurianual – PPA foi utilizado como um instrumento de planejamento estratégico das ações deste governo, orientando inclusive a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA.

Procuramos organizar todas as ações a serem desenvolvidas no Município em programas, compatibilizando-os aos recursos disponíveis decorrentes do planejamento da receita e da despesa e da entrada e saída efetiva de recursos financeiros, destinados, inclusive a financiar despesas de custeio.

Na avaliação do cumprimento das metas correlacionamos a eficácia, a eficiência e a efetividade, de forma que nosso objetivo foi o de constatar se:

- a meta atingida foi a meta proposta?
- não poderia gastar menos ao se realizar a ação?
- a ação alcançou, de fato, os anseios da população?

Também consideramos a arrecadação das receitas do nosso Município, a qual não se efetivou de modo, sendo, portanto, insuficiente para realizar parcial ou total os programas/ações definidos no PPA.

A LDO estabeleceu-se como o elo entre o PPA e a LOA do nosso Município. Ao elaborar a LDO selecionamos dentre os programas/ações estabelecidos no PPA, aqueles que considerávamos prioritários na execução da LOA.

Desta forma a LDO foi o instrumento de planejamento que estabeleceu as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e que orientou a elaboração da LOA.

Foram aplicadas também as normas para o controle e avaliação dos resultados dos programas e as condições para transferências de recursos a entidades públicas e privadas definidas na LDO, na Lei de Subvenções do Município, na Lei nº 4.320/64, na LRF e demais legislações.

3.1. Ações e metas estabelecidas no PPA e na LDO

Apresentamos, a seguir, a avaliação do PPA a qual remete também para o cumprimento das prioridades relacionadas na LDO.

Ações e Metas Previstas PPA E LDO	Realização			Previsto	Realizado
	Sim	Não	Parcial		
1001 Ampliação e reforma Legislativo Municipal		X		30.000,00	0,00
1002 Aquisição veículo p/ Gab. Da Presidência		X		50.000,00	0,00
2001 Manutenção Gabinete da Presidência	X			408.685,27	419.331,31
2002 Manutenção Rec. Hosp.Homenagem Comemorações		X		9.758,58	0,00
2003 Manutenção Viagens Agentes Políticos	X			22.273,50	97.040,00
2004 Promoção Prod.p/ meio Comum.Prod.Terc.			X	16.000,00	4.550,00
2005 Manutenção Departamento de Administração	X			224.942,40	196.365,03
2006 Manutenção Atividades Departamento Finanças	X			27.539,10	15.979,00
2007 Manutenção Departamento de Contabilidade	X			108.054,98	68.927,93
2008 Manutenção Obrigações Patronais _INSS	X			107.075,59	116.128,19
2009 Manutenção Obrigações Patronais – FUNPREV			X	4.042,50	189,92
1.027 Aquisição Moveis Veículos Equip. p/ Gabinete Agentes Políticos		X		15.000,00	0,00
2011 Subsídios dos Agentes Políticos			X	315.370,00	215.037,55
2012 Manutenção das Atividades dos Agentes Políticos			X	202.791,00	132.211,76
2036 Manutenção Recepções, Hospedagem e Homenagens			X	2.500,00	275,00
2085 Subsídio do Secretário Gab. Do Vice Prefeito	X			51.980,93	97.279,80
2115 Manutenção Serviços Assessoria Jurídica			X	150.280,00	79.525,51

Prestação de Contas Anual - 2014

0002 Sentenças Judiciais	X			10.000,00	14.898,10
2017 Manutenção Secretaria Municipal de Planejamento	X			628.353,19	1.190.422,81
2031 Manutenção Setor de Compras e Licitações	X			91.290,00	142.597,81
2033 Manutenção Setor Recursos Humanos	X			30.370,00	47.286,59
2087 Subsidio Secretário Municipal de Administração			X	51.980,93	51.166,83
2054 Manutenção Publicações e Divulgação Oficial			X	5.000,00	800,00
2046 Manutenção do Setor de Tesouraria	X			84.260,00	115.034,15
2116 Manutenção Atividades Controle Interno			X	34.570,00	29.475,22
2049 Manutenção Atividades de Contabilidade			X	196.420,00	134.455,23
2019 Manutenção Setor de Tributação e Arrecadação			X	35.610,00	34.277,69
2178 Contruição para o Pasep	X			188.348,64	196.071,01
0001 Amortização Parcelamento e Encargos da Dívida			X	411.060,00	219.546,91
0003 Folha Inativos e Pensionistas			X	23.740,00	22.416,03
9999 Reserva Contingencia		X		43.500,00	0,00
2179 Contribuição a A.M.M.		X		6.000,00	0,00
2170 Manutenção Convenio Siat/AF	X			3.830,00	15.466,25
2182 Subvenção Associação Monte Sinai Int.Social	X			5.000,00	5.000,00
2183 Subvenção Assoc.Comunitaria Córrego Santana		X		5.000,00	0,00
2071 Manutenção Convenio Policia Civil	X			1.930,00	8.152,95
2154 Manutenção Convenio Policia Militar	X			17.020,00	22.462,25
2184 Subvenção Associação de Mulheres	X			5.000,00	5.000,00
2193 Subvenção Cons.Mor.Jatoba/B.Esp.B.Jardim		X		10.000,00	0,00
2091 Manutenção Atividade Secretaria Mun.Educação	X			204.000,00	404.834,88
2092 Subsidio Secretario Municipal Educação			X	51.980,93	34.787,69
1003 Construção, Ampl.Reforma Escolas e Anexos			X	150.000,00	78.943,59
1048 Aquisição,Moveis,VeiculoEquip.P/Ens.Fundamental	X			30.000,00	210.423,40
1086 Aquisição Terreno P/ Unidade Escolar	X			15.000,00	48.685,50
2047 Manutenção Atividades Ensino Fundamental	X			541.425,00	927.943,98
1108 Aquisição Veiculo p/Transporte Escolar		X		150.000,00	0,00
2048 Manutenção Transporte Escolar			X	740.820,00	542.842,51
1091 Construção/Amp./Reforma Predio Ensino Infantil			X	25.000,00	16.120,00
2124 Manutenção Atividades do Ensino Infantil			X	317.740,00	256.298,79
2080 Manutenção Atividade Ensino Jovens e Adultos	X			13.940,00	22.005,09
2112 Manutenção Atividades Educação Especial	X			10.670,00	116.212,63
2055 Remuneração Docentes do Magistério e Fundamental			X	2.351.520,00	2.127.135,72
2125 Remuneração Profissionais do Ensino Infantil			X	268.600,00	186.146,84
2080 Manut.Ativ.Ensino Jovens e Adultos			X	22.500,00	19.131,17
1003 Construção, Ampl.Reforma Escolas e Anexos	X			50.000,00	119.295,65
1048 Aquisição,Moveis,VeiculoEquip.P/Ens.Fundamental		X		35.000,00	0,00
2047 Manutenção Atividades Ensino Fundamental	X			516.310,00	754.600,70
1108 Aquisição Veiculo p/Transporte Escolar		X		85.000,00	0,00
2048 Manutenção Transporte Escolar	X			324.430,00	354.442,25
1091 Construção/Amp./Reforma Predio Ensino Infantil		X		15.000,00	0,00
2124 Manutenção Atividades do Ensino Infantil	X			8.220,00	203.285,35
2080 Manut.Ativ.Ensino Jovens e Adultos		X		7.220,00	0,00
2020 Manutenção Merenda Escolar	X			408.200,00	523.246,38
2185 Subvenção Caixa Escolar		X		5.000,00	0,00
2130 Concessão de Bolsa de Estudos a Universitários	X			12.000,00	41.995,00
2131 Manutenção Atividade Ensino Superior		X		5.500,00	0,00
2186 Subvenção a APAE		X		70.000,00	0,00

Prestação de Contas Anual - 2014

2024 Manutenção Secretaria Municipal de Saúde	X			96.240,00	540.019,07
2100 Subsidio Secretário Municipal de Saúde			X	51.980,93	51.166,83
2026 Manutenção Prog.Agentes Comunitário de Saúde	X			303.787,00	1.130.028,86
2045 Manutenção Prog.Saúde da Família	X			875.290,00	271.724,39
1028 Construção e ou Reforma Unidade de Saúde	X			35.500,00	258.016,45
1038 Aquisição Mov.Veiculo e Equip.P/ Saude			X	346.600,00	275.745,00
1113 Aquisição de Imovel P/ Saude		X		15.000,00	0,00
1115 Implantação da Academia			X	170.000,00	15.949,12
2053 Manutenção Programa Saude Bucal	X			127.645,00	197.259,11
2070 Auxilio P/Tratamento Fora do Município	X			111.660,00	227.696,00
2103 Manutenção das Atividades Atenção Básica	X			2.693.934,13	2.892.631,28
2147 Manutenção Distrib.Medicamentos P/Pessoa Baixa Renda		X		264.000,00	0,00
2177 Manutenção das Atividades Saude em Casa			X	157.700,00	26.607,82
2178 Contribuição Plano Estadual Assist.Farm.Básica	X			15.000,00	16.847,16
2188 Subvenção Hospital Cesar Leite		X		36.000,00	0,00
2189 Contribuição Cis-Caparao			X	150.000,00	138.867,25
2074 Manutenção Vigilancia Sanitária			X	114.240,00	76.663,39
2040 Combate as Doenças Epidemiologicas	X			128.450,87	133.921,57
2039 Manutenção Secretaria Municipal de Obras			X	197.470,00	193.957,93
2107 Subsidio Secretario de Obras			X	51.980,93	46.259,56
2066 Manutenção Atividades do Cemiterio			X	19.420,00	14.586,04
1109 Aquisição Moveis,Veiculos e Equip.Perm.P/Serv.Urb.		X		240.000,00	0,00
2025 Manutenção da Limpeza Pública	X			336.870,00	360.287,73
2065 Manutenção Serviços Urbanos e Obras	X			756.009,60	1.479.214,40
2153 Manutenção Telecentro Comunitário	X			6.240,00	22.210,14
2067 Manutenção Iluminação Publica	X			126.500,00	148.076,96
2030 Manutenção Setor Transporte e Oficina	X			56.190,00	138.443,39
2060 Manutenção Serv.Estradas Vicinais			X	534.190,00	439.093,26
1039 Construção/Ampl. Ou Reforma Paço Municipal		X		10.000,00	0,00
1098 Aquis.Imovel Construção Unidade Assist.Social		X		60.000,00	0,00
1099 Contrução, Reforma Melhoría Moradias B.Renda			X	200.000,00	49.767,69
1106 Construção Unidade Assist.Social		X		120.000,00	0,00
1026 Pavim Calc.Ruas, Avenidas e Anexos			X	1.015.755,05	621.868,93
1093 Construção , Ampliação e Reforma de Cemitérios		X		15.000,00	0,00
1116 Aquisição de Imovel P/ Cemiterio		X		25.000,00	0,00
1057 Construção Ampliação Reforma Praças e Jardins	X			30.000,00	64.310,00
1096 Construção/Reforma Banheiro Publico	X			50.000,00	112.120,70
1117 Aquisição de Imovel p/ Serviços Obras e Urbanos		X		10.000,00	0,00
1020 Construção Casas Populares Rurais		X		50.000,00	0,00
1019 Construção Casas Populares Urbanas		X		50.000,00	0,00
1044 Construção Reforma da Rede Pluvial/Fluvial	X			10.000,00	16.815,00
1104 Instalação do Parque de Exposicoes		X		100.000,00	0,00
1103 Construção Mercado Municipal		X		150.000,00	0,00
1037 Extensão de Rede Elétrica			X	156.642,00	122.475,00
1084 Aquisição Terreno p/ Construção Terminal Rodoviário		X		15.000,00	0,00
1097 Melhoramento de Estradas			X	252.000,00	17.316,00
1111 Construção de Abrigo p/ Passageiros		X		250.000,00	0,00
1102 Construção Terminal Rodoviario		X		250.000,00	0,00
1061 Construção Ampliação Reforma Campo Futebol,Quadras e Anexo			X	45.000,00	24.546,44
1083 Aquisicao Terreno P/ Construção Quadra Poliesportiva		X		15.000,00	0,00

1094 Construção de Unidade Esportiva		X		55.084,86	0,00
2169 Manutenção Programa Habitação Rural	X			10.000,00	22.266,60
2175 Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura			X	4.770,00	1.152,00
2139 Subsídio Secretário Municipal Cultura e Esportes			X	51.980,93	51.166,83
2176 Manutenção do Patrimônio Cultural		X		6.500,00	0,00
2014 Manutenção das Atividades Culturais			X	36.860,00	7.099,20
2081 Manutenção Biblioteca Pública Municipal			X	27.430,00	22.875,28
2194 Subvenção ao SILOÉ	X			15.000,00	15.000,00
2061 Comemoração Festas Cívicas e Folclóricas	X			198.000,00	324.489,84
2035 Manutenção Repetidora de Sinal de TV		X		7.000,00	0,00
2063 Manutenção Atividades Esportivas	X			75.670,00	96.282,76
2190 Subvenção União Futebol Clube		X		5.000,00	0,00
2037 Manutenção Atividade do Meio Ambiente e Turismo			X	18.230,00	1.120,50
2126 Manutenção Aterro Sanitário		X		20.500,00	0,00
2109 Subsídio Secretário Agricultura e Meio Ambiente			X	51.980,93	51.298,02
2173 Manutenção Convenio com IMA		X		4.520,00	0,00
2191 Contribuição a Emater			X	50.000,00	40.354,20
2038 Manutenção Serviços de Agricultura			X	30.470,00	25.930,80
1110 Aquisição, Moveis, Veiculo Equip. P/Serv. Agricultura		X		830.000,00	0,00
2155 Manutenção Mercado Municipal		X		6.500,00	0,00
2144 Subsídio Secretário Assistência Social		X		51.980,93	0,00
2171 Manutenção Atividades Secretaria As. Social			X	4.940,00	2.403,85
2129 Manutenção Atividades Amparo ao Idoso		X		10.210,00	0,00
2050 Manutenção Atividades Conselho Tutelar			X	67.940,00	67.599,97
2192 Subvenção ao Restaurant	X			5.000,00	10.000,00
2052 Assist. Pop. Carente Distrib. Cestas Básicas	X			5.000,00	11.826,00
2069 Manutenção das Atividades Assistência Social	X			350.300,00	361.505,67
2073 Manutenção B. Eventual (Fun. Natalid. C. Bas.)			X	53.668,12	400,00
2156 Manutenção Aluguel Social a Famílias Carentes	X			38.180,00	38.992,00
2161 Manutenção Prog. Gemeos, Trigemeos e Quadrigemeos			X	38.990,00	34.752,00
2058 Manutenção do CRAS	X			65.700,00	76.213,59
4001 Manutenção Atividades do FUNPREV			X	60.800,00	58.213,20
3001 Aquisição Moveis Equipamentos Permanentes			X	4.000,00	2.970,00
4002 Manutenção Auxílio Reclusão/Doença	X			280.000,00	301.262,85
4003 Manutenção Folha de Inativos e Pensionistas	X			162.500,00	173.032,20
4004 Manutenção Decisão Judicial		X		200.000,00	0,00
9999 Reserva de Contingência		X		667.769,11	0,00
TOTAL GERAL				24.539.422,93	22.608.447,78

As ações executadas pelo Município no exercício de 2014 foram predominantemente voltadas à manutenção das atividades e quanto aos investimentos foram realizados com recursos de transferências voluntárias e recursos vinculados motivo pelo qual houve poucos investimentos.

3.2. Metas de Receita, Despesa e Resultado Primário

Demonstramos no quadro a seguir, a avaliação das metas fiscais de Receitas, Despesas e Resultado Primário do EXERCÍCIO DE 2014, estabelecidas na LDO, conforme § 1º do art. 4º da LRF:

AVALIAÇÃO DAS METAS DE RECEITA, DESPESA E RESULTADO PRIMÁRIO ESTABELECIDAS		
EXERCÍCIO DE 2014		
DISCRIMINAÇÃO	META ESTABELECIDADA	REALIZADA
Receita Total	24.539.422,93	22.939.329,36
(-) Aplicações Financeiras	158.437,80	367.523,81
(-) Operações de Crédito	500.000,00	267.584,40
(-) Receitas de Alienação de Ativos	55.000,00	15.500,00
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
= RECEITA FISCAL (I)	23.825.985,13	22.288.721,15
Despesa Total	24.539.422,93	22.608.447,78
(-) Juros e Encargos da Dívida	3.500,00	17.223,19
(-) Amortização da Dívida	250.000,00	82.496,38
(-) Concessão de Empréstimos	0,00	0,00
(-) Títulos de Capital já integralizados	0,00	0,00
= DESPESA FISCAL (II)	24.128.362,93	22.508.728,91
RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	(302.377,80)	(220.007,06)

As metas de resultado primário foram estabelecidas observando-se as instruções e modelos da Secretaria do Tesouro Nacional, cujos valores são divergentes dos modelos estabelecidos pelo Tribunal de Contas. Em decorrência disso, os valores apresentados podem apresentar variações quanto aos valores informados no SIACE-LRF.

A LDO estabeleceu o valor negativo de R\$ 302.377,80 (trezentos e dois mil, trezentos e setenta e sete reais e oitenta centavos) como meta de resultado primário a ser atingida no decorrer do EXERCÍCIO DE 2014. Ao final do exercício tal resultado negativo foi apurado em R\$ 220.007,06 (duzentos e vinte mil, sete reais e seis centavos), o que demonstra o grande empenho da administração municipal em cumprir as suas metas e em honrar seus compromissos.

3.3. Metas de Resultado Nominal

Demonstramos no quadro a seguir, a avaliação da meta de Resultado Nominal do EXERCÍCIO DE 2014, estabelecida na LDO, conforme § 1º do art. 4º da LRF:

AValiação da Meta de Resultado Nominal Estabelecida – Poder Executivo			
EXERCÍCIO DE 2014			
DISCRIMINAÇÃO	Realizado em 2013	Previsão para 2014	Realizado em 2014
Dívida Fundada (exceto dívida entre entidades da mesma esfera governamental)	2.403.018,78	2.550.735,66	2.465.515,95
(+) Precatórios emitidos a partir de 05.05.2000, incluídos no orçamento e não pagos	0,00	0,00	0,00
(+) Operações de crédito (com prazo inferior a doze meses, que tenham constado como receitas no orçamento)	0,00	0,00	0,00
= Dívida Consolidada	2.403.018,78	2.550.735,66	2.465.515,95
(-) Total do Ativo Financeiro	1.729.472,99		1.201.951,63
(+) Restos a Pagar Processados	3.052.778,95		3.751.461,19
= Dívida Consolidada Líquida	2.403.018,78	2.550.735,66	2.465.515,95
(+) Receitas de Privatizações	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida	2.403.018,78	2.550.735,66	2.465.515,95
RESULTADO NOMINAL		166.630,00	62.497,17

As metas de resultado nominal foram estabelecidas observando-se as instruções e modelos da Secretaria do Tesouro Nacional, cujos valores são divergentes dos modelos estabelecidos pelo Tribunal de Contas. Em decorrência disso, os valores apresentados podem apresentar variações quanto aos valores informados no SIACE-LRF.

O Resultado Nominal do exercício de 2014 corresponde à variação entre a Dívida Fiscal Líquida no final do exercício de 2014 e a Dívida Fiscal Líquida no final do exercício de 2013, sendo desejável a obtenção de um resultado negativo que demonstra um decréscimo da dívida em relação ao ano anterior.

A Dívida Consolidada Líquida apresentou um aumento de R\$ 62.497,17 (sessenta e dois mil, quatrocentos e noventa e sete reais e dezessete centavos) em relação ao saldo apurado em 31/12/2013, em virtude da realização de operação de crédito.

Quanto à análise do Resultado Nominal apurado ao final do exercício, destacamos que as metas definidas através da LDO foram superadas, demonstra um esforço por parte da administração municipal em honrar seus compromissos e pagar suas dívidas.

4. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária

A LOA configurou-se em nosso Município como um instrumento de planejamento, indo além da mera estimativa de receita e despesa. Procuramos, através da mesma, estabelecer políticas voltadas para o atendimento dos anseios da população, equacionando-as com os recursos disponíveis no Município.

4.1. Elaboração do Orçamento

A LOA do Município para o exercício financeiro de 2014, foi elaborada conforme disposições contidas na Lei nº 4.320/64, na Portaria nº 42/99, do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão, na Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 163/01, alterada pelas Portarias 325/01 e 519/01, nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda nºs 180/01, 211/01, 212/01, 326/01, 327/01 e 328/01, 589/01 e 219/04 e nas e demais legislações pertinentes, tendo sido aprovada por meio da Lei n.º 636, de 14 de novembro de 2013.

Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, foram verificadas quais eram as demandas existentes no Município e as providências para o seu equacionamento, combinadas com aquelas definidas no PPA e na LDO e com a expectativa de receita para o exercício.

Consagrando os princípios da democracia e da transparência e, ainda, atendendo ao parágrafo único, do art. 48, da LRF, foi assegurada à população a participação nos trabalhos de elaboração do orçamento.

Com relação à estimativa da receita, procurou-se adotar os seguintes critérios:

- A evolução média da receita nos últimos 03 (três) anos, verificada por meio de métodos estatísticos;
- Os fatores conjunturais que poderiam influenciar a produtividade de cada fonte;
- A previsão do repasse do ICMS e do FPM;
- A expansão do número de contribuintes e as alterações na legislação tributária;
- A projeção das receitas transferidas a serem realizadas por outras instituições;
- A legislação vigente.

A fixação da despesa para cada unidade orçamentária decorreu do fato de examinar:

- Quais eram as demandas internas existentes, conjugada com a observação histórica das despesas efetivamente realizadas nos 03 (três) últimos exercícios financeiros;
- As metas previstas no PPA;
- As metas e prioridades definidas na LDO;
- A implementação de programas de redução de despesas em caráter geral;
- A fixação da reserva de contingência, conforme LDO;

- A receita estimada;
- A legislação vigente.

A receita do Município foi, portanto, estimada em R\$ 24.539.422,93 (vinte milhões, quinhentos e trinta e nove mil, quatrocentos e vinte e dois reais e noventa e três centavos) e a despesa foi fixada em igual valor, conforme demonstrado no quadro abaixo.

LEI ORÇAMENTÁRIA			
EXERCÍCIO DE 2014			
RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)	DESPESA FIXADA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)
Receitas Correntes	22.668.787,73	Despesas Correntes	18.060.325,61
Receitas de Capital	4.429.490,00	Despesas de Capital	5.767.828,21
Deduções para o FUNDEB	2.558.854,80		
SOMA	24.539.422,93	SOMA	23.828.153,82
		Reserva de Contingência Orçamentaria	711.269,11
TOTAL	24.539.422,93	TOTAL	24.539.422,93

4.2. Execução do Orçamento

A execução orçamentária foi realizada segundo os mandamentos definidos na Lei nº 4.320/64, Lei nº 8.666/93, LRF e demais legislações pertinentes.

Após a publicação da LOA, atendendo o art. 8º da LRF, foram elaborados os quadros de Programação Financeira, Cronograma Mensal de Desembolso e Metas Bimestrais de Arrecadação, com o objetivo de buscar o equilíbrio das contas públicas.

Desta forma e de maneira bem simples atentamos primeiramente para a receita, geração e montante, e depois definimos a despesa, quando seriam efetivados os gastos e os respectivos montantes, sempre de forma a estabelecer e a garantir o equilíbrio das contas do Município.

A programação financeira consistiu em planejar mensalmente o fluxo de entrada de recursos e com base nele estabelecemos o cronograma de desembolso (saídas de caixa) e os valores a serem distribuídos através das cotas. Ou seja, primamos por conhecer bem o comportamento das receitas durante o ano e atentamos para quaisquer mudanças que de alguma forma poderiam alterar a produtividade de cada fonte durante o exercício financeiro de 2014.

Nestes aspectos a programação financeira – Receita foi elaborada mensalmente com base:

- Na análise do comportamento de receita por receita;
- Nas indicações e orientações dos técnicos que trabalham direta e indiretamente com a arrecadação;
- Nas indicações com base na proporção de receitas realizadas no ano anterior;
- Nas informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2014;
- Nas informações oriundas de receitas vinculadas estimadas;
- Na experiência e no bom senso.

Feita a programação da receita, estabelecemos o Cronograma de Desembolso Mensal – Despesa, por meio de:

- Indicações baseadas no conhecimento das despesas fixas, tais como: folha de pagamento e encargos, água, energia, telefone, contratos, parcelamentos de dívidas e convênios;
- Indicações baseadas na proporção de despesas realizadas no ano anterior;
- Indicações dos técnicos que trabalham diretamente com a geração da despesa;
- Informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2014;
- Informações do setor de pessoal da entidade;
- Informações oriundas de receitas vinculadas estimadas;
- Indicações das próprias unidades administrativas da entidade com relação à programação mensal de suas despesas;
- Indicação das reservas técnicas;
- Informações relativas aos valores a serem repassados mensalmente para a Câmara e fundos especiais;
- Previsão dos pagamentos dos restos a pagar de exercícios anteriores;
- Experiência e bom senso.

Após, elaborados a programação financeira e o cronograma de desembolso, efetuamos a distribuição das cotas, que corresponde ao recurso financeiro liberado em determinado período de tempo. Estes instrumentos visaram regular o equilíbrio fiscal durante a execução orçamentária e financeira.

Durante todo o ano realizamos o acompanhamento da receita e da despesa. Quando era verificada a frustração da receita realizada em relação à prevista, refazíamos todo o planejamento, procedendo assim à limitação de empenho, visando garantir o equilíbrio das contas públicas.

4.3. Balanço Orçamentário

Por meio do Balanço Orçamentário podemos observar a capacidade de planejamento, uma vez que o mesmo demonstra as receitas e as despesas previstas, em confronto com as realizadas, bem como fornece condições para verificar de forma global, o desempenho desta administração em termos de arrecadação e do emprego dos recursos públicos.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
EXERCÍCIO DE 2014							
RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	DIFERENÇA (R\$)	TÍTULOS	FIXAÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	DIFERENÇA (R\$)
Receitas Correntes	22.668.787,73	24.062.533,00	1.393.745,27	Créd.Orçamentários e Suplementares	24.539.422,93	22.608.447,78	(1.930.975,15)
Receitas de Capital	4.429.490,00	1.724.824,11	(2.704.665,89)	Créditos Especiais	0,00	0,00	0,00
Deduções para o FUNDEB	(2.558.854,80)	(2.811.573,51)	(252.718,71)	Créditos Extraordinários			
Soma	24.539.422,93	22.939.329,36	(1.600.093,57)	Soma	24.539.422,93	22.608.447,78	(1.930.975,15)
Déficit				Superávit	0,00	330.881,58	330.881,58
Total	24.539.422,93	22.939.329,36	(1.600.093,57)	Total	24.539.422,93	22.939.329,36	(1.600.093,57)

O valor da receita orçada para o exercício foi de R\$ 24.539.422,93 (vinte e quatro milhões, quinhentos e trinta e nove mil, quatrocentos e vinte e dois reais e noventa e três centavos) e a efetivamente arrecadada totalizou o montante de R\$ 22.939.329,36 (vinte dois milhões, novecentos e trinta e nove mil, trezentos e vinte e nove reais e trinta e seis centavos) ocorrendo uma insuficiência de arrecadação no valor de R\$ 1.600.093,57 (um milhão, seiscentos mil, noventa e três reais e cinquenta e sete centavos).

O superávit apresentado na coluna execução das despesas demonstra que a Administração Municipal está buscando o equilíbrio das contas públicas, comprovando que os critérios de planejamento empregados foram satisfatórios. Nosso objetivo é implantar novas formas de planejamento com o objetivo de assegurar o equilíbrio das contas, sem prejuízo dos investimentos necessários nas áreas de atuação do Município, visando desta forma atender plenamente o §1º do art. 1º da LRF.

4.4. Créditos adicionais

4.4.1. Créditos suplementares

Os créditos suplementares destinados ao reforço de dotação orçamentária foram abertos em conformidade com o que prescreve o art. 40 da Lei nº 4.320/64 e art. 167, inciso V, da Constituição Federal e respeitaram o limite autorizado na LOA e em leis especiais. Os créditos suplementares atingiram o valor de R\$ 12.664.638,64 (doze milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e trinta e oito reais e sessenta e quatro centavos).

APURAÇÃO DO LIMITE DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES ABERTOS NO EXERCÍCIO – 2014		
Lei Orçamentária de 2014	R\$	24.539.422,93
(X) Limite dos Créditos Suplementares Autorizados pela Lei Orçamentária		25,00%
(=) Valor dos Créditos Suplementares Autorizados pela Lei Orçamentária	R\$	6.134.855,74
(+) Valor dos Créditos Suplementares Autorizados por Leis Específicas	R\$	9.815.769,18
(=) Total dos Créditos Suplementares Autorizados	R\$	14.723.653,77
(-) Total dos Créditos Suplementares Abertos no Exercício	R\$	12.664.638,64
(=) Diferença a Menor	R\$	2.059.015,13

4.4.2. Créditos especiais

Não houve abertura de créditos especiais no exercício de 2014.

4.4.3. Créditos extraordinários

Não houve abertura de créditos extraordinários no exercício de 2014.

4.4.4. Excesso de arrecadação utilizado para a abertura de créditos adicionais

Não houve abertura de créditos adicionais por excesso de arrecadação no exercício de 2014.

4.4.5. Superávit financeiro utilizado para a abertura de créditos adicionais

Não houve abertura de créditos adicionais por superávit financeiro no exercício de 2014.

4.4.6. Operações de crédito utilizadas para a abertura de créditos adicionais

Houve operação de crédito no exercício de 2014, mas já havia previsão orçamentária para sua realização, portanto, não houve abertura de créditos adicionais por operação de crédito.

4.5. Análise do comportamento da receita arrecadada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Promovemos aqui uma análise horizontal e vertical da receita orçamentária arrecadada nos últimos três anos.

COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA								
EXERCÍCIOS DE 2012, 2013 e 2014.								
EXERCÍCIOS	2012		2013			2014		
ESPECIFICAÇÃO	Arrecadação (R\$)	AV (%)	Arrecadação (R\$)	AH (%)	AV (%)	Arrecadação (R\$)	AH (%)	AV (%)
Receitas Correntes	15.452.500,23	92,69	17.001.179,83	10,03	94,20	20.136.448,51	18,45	87,79
Receitas Intra-Orçamentárias	255.656,33	1,54	484.494,19	89,51	2,69	1.078.056,74	122,52	4,69
Receitas de Capital	963.778,70	5,77	562.600,81	(41,63)	3,11	1.724.824,11	206,58	7,52
TOTAL	16.671.935,26	100	18.048.274,83	8,35	100	22.939.329,36	27,10	100

Constatamos que no exercício 2014 as Receitas Correntes participaram com 87,79% das receitas orçamentárias, cabendo às Receitas de Capital o percentual de 7,52% .

Podemos perceber a partir do quadro acima que somadas as receitas correntes apresentaram um crescimento da ordem de 18,45 % e as receitas de capital de 206,58 % em 2014, comparado ao exercício imediatamente anterior. Tal aumento se justifica pela arrecadação das transferências constitucionais e voluntárias para aplicação em investimentos.

4.6. Análise do comportamento da despesa realizada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Elaboramos também uma análise horizontal e vertical na despesa orçamentária realizada nos últimos três anos.

COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA								
EXERCÍCIOS DE 2012, 2013 e 2014								
EXERCÍCIOS	2012		2013			2014		
ESPECIFICAÇÃO	Realizada (R\$)	AV (%)	Realizada (R\$)	AH (%)	AV (%)	Realizada (R\$)	AH (%)	AV (%)
Despesa Corrente	14.380.329,47	81,38	15.869.313,87	10,36	84,50	19.209.016,29	21,05	84,96
Despesa Intra Orçamentária	632.042,87	3,58	865.709,34	36,97	4,61	1.056.581,89	122,05	4,68
Despesa de Capital	2.658.705,17	15,04	2.046.328,29	(23,03)	10,89	2.342.849,60	14,49	10,36
TOTAL	17.671.077,51	100	18.781.351,50	6,29	100,	22.608.447,78	20,38	100,

Diante do demonstrado, pode-se constatar que os gastos na categoria econômica despesa corrente e capital elevaram no exercício de 2014 em relação ao exercício anterior em função do aumento de arrecadação em relação ao arrecadado no exercício de 2013.

4.7. Reserva de Contingência

A LOA do exercício de 2014 contemplou a reserva de contingência, cuja forma de utilização foi estabelecida na LDO, a qual foi destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, como não ocorreram nenhum fato relacionado a risco fiscal ou passivo contingente, a reserva de contingência foi utilizada como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais, conforme autorização contida na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira

O Balanço Financeiro demonstra os recebimentos e os pagamentos de natureza orçamentária e extra-orçamentária ocorridos no EXERCÍCIO DE 2014, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Em síntese, a execução financeira no exercício financeiro de 2014 assim pode ser demonstrada:

BALANÇO FINANCEIRO			
EXERCÍCIO 2014			
INGRESSOS (R\$)		DISPÊNDIOS (R\$)	
Orçamentários	22.939.329,36	Orçamentários	22.608.447,78
Extra-orçamentários	4.938.361,34	Extra-orçamentários	4.757.710,28
SOMA	27.877.690,70	SOMA	27.366.158,06
Transferências Financeiras Recebidas	919.657,00	Transferências Financeiras Concedidas	919.657,00
Disponível no Período Anterior	3.442.877,87	Disponível para o Período Seguinte	3.954.410,51
TOTAL	32.240.225,57	TOTAL	32.240.225,57

Procedimentos adotados relativos à execução financeira:

- As receitas foram registradas pelo Regime de Caixa e as despesas pelo Regime de Competência;
- O processo de pagamento assegura que foram cumpridas todas as formalidades legais;

- O boletim diário de caixa foi escriturado diariamente;
- As conciliações bancárias foram elaboradas mensalmente;
- Os recursos vinculados foram devidamente aplicados nas finalidades específicas, sendo que os saldos não aplicados se mantiveram na conta bancária vinculada para ser aplicado no exercício seguinte;
- Os rendimentos de aplicações financeiras de recursos vinculados foram devidamente aplicados nas finalidades específicas;
- Foram feitas retenções de Imposto de Renda, quando necessário, as quais foram apropriadas pela Prefeitura como receita orçamentária;
- As aplicações financeiras foram efetuadas em bancos oficiais, tais como:
 - Banco do Brasil
 - Caixa Econômica Federal
- As despesas orçamentárias pendentes de quitação até o dia 31/12/2014 foram inscritas em Restos a Pagar, utilizando-se como contrapartida a receita extra-orçamentária;
- O balanço financeiro confere com o quadro de apuração de receitas e despesas.

Apresenta-se a seguir a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso (previsto e realizado).

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA MENSAL		
EXERCÍCIO – 2014		
Meses	Receita Prevista (R\$)	Receita Arrecadada (R\$)
Janeiro	2.377.364,75	2.799.540,27
Fevereiro	2.398.771,03	2.105.435,85
Março	1.995.654,83	1.759.053,14
Abril	2.056.415,43	2.050.166,65
Maiο	2.760.686,03	2.184.608,63
Junho	2.308.460,23	1.379.319,43
Julho	1.400.186,43	1.814.287,18
Agosto	1.520.454,03	1.692.885,73
Setembro	1.430.520,63	1.472.694,27
Outubro	1.722.281,83	1.499.891,87
Novembro	1.636.074,63	1.665.932,33
Dezembro	2.932.553,08	2.515.514,01
TOTAL	24.539.422,93	22.939.329,36

CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO		
2014		
Meses	Pagamentos Previstos (R\$)	Pagamentos Realizados (R\$)
Janeiro	2.050.092,16	180.908,28
Fevereiro	1.529.452,16	1.115.214,53
Março	1.856.822,16	1.379.060,57
Abril	1.813.422,16	1.849.116,91
Maió	2.025.922,16	1.662.330,26
Junho	2.112.922,16	1.566.673,45
Julho	1.893.422,16	2.121.807,66
Agosto	2.228.422,16	2.130.422,01
Setembro	1.828.422,16	1.880.862,71
Outubro	1.838.422,16	1.659.945,90
Novembro	2.138.922,16	1.571.651,34
Dezembro	2.511.910,06	2.150.059,61
RESERVA CONTINGENCIA	711.269,11	0,00
RESTOS A PAGAR	0,00	3.340.394,55
TOTAL	24.539.422,93	22.608.447,78

6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial

De forma resumida, assim pode ser demonstrado o patrimônio do Município nos exercícios de 2013 e 2014:

6.1. Comparativo do Balanço Patrimonial

COMPARATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL					
EXERCÍCIOS DE 2013 e 2014					
ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2013 (R\$)	2014 (R\$)	TÍTULOS	2013 (R\$)	2014 (R\$)
Financeiro	3.675.150,22	4.217.009,93	Financeiro	4.486.063,69	4.687.937,99
Permanente	11.652.700,76	15.145.926,32	Permanente	10.207.305,04	11.201.389,57
Soma do Ativo Real	15.327.850,98	19.362.936,25	Soma do Passivo Real	14.693.368,73	15.889.327,56
Passivo Real a Desc.			Ativo Real Líquido	634.482,25	3.473.608,69
Compensado			Compensado		
TOTAL	15.327.850,98	19.362.936,25	TOTAL	15.327.850,98	19.362.936,25

O Balanço Patrimonial demonstra a posição patrimonial da entidade no final do período, com detalhe das contas representativas dos bens, direitos e obrigações, evidenciando o saldo patrimonial da entidade - patrimônio líquido.

Os saldos iniciais de todas as contas são idênticos ao saldo final apresentado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Ativo Financeiro

- Caixa - constam valores em caixa (disponibilidade de valores em espécie), conforme verificação efetuada no Balanço Financeiro e no Termo de Conferência de Caixa em 31/12/2014.
- Bancos - os saldos dos bancos conferem com os extratos bancários devidamente conciliados em 31/12/2014
- Devedores Diversos - o saldo de devedores diversos conferem com os créditos da entidade com terceiros de curto prazo.

Ativo Permanente

- Bens Móveis, Imóveis e de Natureza Industrial - os saldos dos Bens Móveis, Imóveis e de Natureza Industrial conferem com o Inventário Geral Analítico de 31/12/2014, sendo que os bens incorporados e desincorporados estão especificados na relação denominada Demonstrativo dos Bens Incorporados e Desincorporados. Constatamos que está sendo mantido de forma organizada o registro analítico dos bens de natureza permanente, que estão sendo expedidos termos de responsabilidade dos bens, que há controle de incorporações e desincorporações e que o inventário analítico foi elaborado de acordo com as formalidades legais.
- Dívida Ativa Tributária - o saldo da Dívida Ativa Tributária confere com a Declaração do Setor de Tributação em 31/12/2014 e os lançamentos de inscrições e cobranças foram registrados corretamente. Constatamos que existe sistema de cobrança administrativa e judicial, controle dos prazos prescricionais e que o cadastro de contribuinte está atualizado.

Passivo Financeiro

- Restos a pagar de 2014 – os valores demonstrados no Balanço Patrimonial e no Memorial de Restos a Pagar, estão em igualdade de valores.
- Restos a Pagar de exercícios anteriores - os saldos dos Restos a Pagar dos exercícios anteriores conferem com as respectivas notas de empenhos a pagar.

- Depósitos - os saldos dos Depósitos em consignação conferem com os valores a recolher para terceiros em curto prazo.

Passivo Permanente

- Dívida Fundada Interna - os saldos dos empréstimos, financiamentos e parcelamentos conferem com as Certidões/Declarações expedidas pelas entidades credoras em 31/12/2014.

Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial é a diferença entre a soma do Ativo Real e a soma do Passivo Real. Quando a diferença é positiva apura-se o Ativo Real Líquido, caso contrário apura-se o Passivo Real a Descoberto.

Em 2014, apurou-se um ativo real líquido no valor de R\$ 3.473.608,69 (três milhões, quatrocentos e setenta e três mil, seiscentos e oito reais e sessenta e nove centavos).

6.2. Demonstração das Variações Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - EXERCÍCIO DE 2014			
VARIAÇÕES ATIVAS	VALOR (R\$)	VARIAÇÕES PASSIVAS	VALOR (R\$)
Resultantes da Execução Orçamentária		Resultantes da Execução Orçamentária	
Receita Orçamentária	22.939.329,36	Despesa Orçamentária	22.608.447,78
Mutações Patrimoniais	632.725,25	Mutações Patrimoniais	158.917,18
Independentes da Execução Orçamentária	3.459.998,22	Independentes da Execução Orçamentária	498.138,51
Total das Variações Ativas	27.032.052,83	Total das Variações Passivas	23.265.503,47
Déficit		Superávit	3.766.549,36
Total Geral	27.032.052,83	Total Geral	27.032.052,83

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio durante o exercício, resultantes ou independentes da execução orçamentária, evidenciando o resultado patrimonial apurado no exercício.

Mutações Patrimoniais - Ativas

- O total de bens móveis incorporados por aquisição confere com o total da despesa realizada no elemento 4490.52 – Equipamentos e Material Permanente;

- O total de bens imóveis de domínio patrimonial incorporados por aquisição e construção confere com a despesa realizada nos elementos 4490.61 – Aquisição de Imóveis;

O total de baixa por amortização da Dívida Fundada Interna confere com o total da despesa realizada nos elementos: 4690.71 – Principal da Dívida Contratual Resgatado.

Mutações Patrimoniais - Passivas

- O total da baixa por Cobrança da Dívida Ativa confere com a receita arrecadada na rubrica 193111.00 - Receita da Dívida Ativa;

Independentes da Execução Orçamentária - Ativas

- Os valores de incorporações de bens por exercício anterior e doações conferem com a Demonstração dos Bens Incorporados;
- O valor da inscrição da Dívida Ativa Tributária confere com a Declaração do Setor de Tributação;
- O valor da atualização da Dívida Ativa Tributária confere com a Declaração do Setor de Tributação;

Independentes da Execução Orçamentária - Passivas

- Os valores de baixas de bens por verificação, transferências e doações, conferem com o Demonstrativo dos Bens Desincorporados;
- O valor da inscrição da Dívida Fundada contratada no exercício confere com o contrato;
- O valor da atualização da Dívida Fundada confere com a declaração/certidão da entidade credora.

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial é a diferença entre as Variações Patrimoniais Ativas e as Passivas e representa as alterações patrimoniais do exercício.

Em 2014, apurou-se um superávit de R\$ 3.766.549,36 (três milhões, setecentos e sessenta e seis mil, quinhentos e quarenta e nove reais e trinta e seis centavos).

6.3. Demonstração da Dívida Fundada Interna

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA						
EXERCÍCIO DE 2014						
TÍTULOS	Saldo Anterior	Emissão	Atualização	Resgate	Cancelamento	Saldo Atual
Por Contratos	2.403.018,78	267.584,40	0,00	205.087,23	0,00	2.465.515,95
Por Títulos	0,00					
Total Geral	2.403.018,78	267.584,40	0,00	205.087,23	0,00	2.465.515,95

Este quadro demonstra a dívida de longo prazo, ou seja, a dívida com prazo de pagamento superior a 12 meses. Todas as obrigações de longo prazo (empréstimos, financiamentos e parcelamentos) estão corretamente demonstradas na Dívida Fundada.

- O saldo anterior apresentado na Demonstração da Dívida Fundada, confere com o saldo apurado no final do ano anterior.
- O valor da amortização apresentado na Demonstração da Dívida Fundada, confere com a despesa contabilizada nos elementos de despesa: 4690.71 – Principal da Dívida Contratual Resgatado

6.4. Limites da Dívida

APURAÇÃO DOS LIMITES DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	
EXERCÍCIO DE 2014	
TÍTULOS	2014 (R\$)
Dívida Consolidada Líquida (I)	2.465.515,95
Receita Corrente Líquida (II)	19.736.222,53
Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida (I / II)	0,13
Limite de máximo de endividamento em 2014 (1,2 ou o índice apurado conforme artigos 3º e 4º da Resolução 40/01 do Senado Federal e suas alterações.)	1,20

No exercício de 2001 a Dívida Consolidada Líquida do Município correspondia a menos de 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida, mantendo-se abaixo deste fator no EXERCÍCIO DE 2014, estando, portanto, dentro dos limites permitidos pela Resolução 40, de 20/12/2001, do Senado Federal.

6.5. Demonstração da Dívida Flutuante

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE						
EXERCÍCIO DE 2014						
TÍTULOS	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Final
Restos a Pagar Processado	3.127.587,07	3.045.754,83	0,00	2.346.851,08	0,00	3.826.490,82
Restos a Pagar Não Processado	910.455,35	294.639,72	0,00	717.072,50	8.809,00	479.213,57
Depósitos	444.543,94	1.464.006,30	0,00	1.528.219,21	0,00	380.331,03
Total Geral	4.482.586,36	4.804.400,85	0,00	4.592.142,79	8.809,00	4.686.035,42

Este quadro demonstra a dívida de curto prazo, ou seja, a dívida com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todas as obrigações do Município de curto prazo (Restos a Pagar, Serviços da Dívida a Pagar, Depósitos, Débitos de Tesouraria) estão corretamente demonstradas na Dívida Flutuante.

- Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior e o valor.
- O valor das inscrições confere com as receitas extra-orçamentárias e o valor das baixas confere com as despesas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.

Os cancelamentos de valores da Dívida Flutuante foram decorrentes de restos a pagar não processados inscritos no exercício 2013, devido a não entrega das mercadorias, conforme Decreto Municipal 19 de 04 de julho de 2014, portanto, encontra-se devidamente justificados.

6.6. Demonstração dos Devedores Diversos

DEMONSTRAÇÃO DOS DEVEDORES DIVERSOS						
EXERCÍCIO DE 2014						
TÍTULOS	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Final
CAMARA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	224.428,95	109.691,42	0,00	83.239,25	0,00	250.881,12
FUNPREV	6.563,47	55.876,07	0,00	50.721,24	0,00	11.718,30
Total Geral	230.992,42	165.567,49	0,00	133.960,49	0,00	262.599,42

Este quadro demonstra os créditos de curto prazo, ou seja, os créditos com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todos os créditos do Município de curto prazo estão corretamente demonstrados no quadro Devedores Diversos.

- Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior.
- O valor das inscrições confere com as despesas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.
- O valor das baixas confere com as receitas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.

6.7. Inventário Geral Analítico

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico de 31/12/2014 guardam paridade com as demais demonstrações contábeis.

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico podem ser comprovados através de extratos, declarações, carga patrimonial, certidões e outros documentos hábeis.

6.8. Análise dos Índices das Contas Públicas

ÍNDICE DE PRONTA LIQUIDEZ		
TÍTULOS	2013	2014
Disponível em Caixa e Bancos (A)	3.442.877,87	3.954.410,51
Passivo Financeiro (B)	4.486.063,69	4.687.937,99
Índice de Pronta Liquidez (A/B)	0,76	0,85

** Indica que para cada **R\$1,00** de dívida a curto prazo de 2014, a Prefeitura, a Câmara e o Fundo de Previdência possuem disponível em Caixa e Bancos **R\$0,85**.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA		
TÍTULOS	2013	2014
Ativo Financeiro (A)	3.675.150,22	4.217.009,93
Passivo Financeiro (B)	4.486.063,69	4.687.937,99
Índice de Liquidez Imediata (A/B)	0,81	0,90

* Indica que para cada **R\$1,00** de Passivo Financeiro de 2014, a Prefeitura, a Câmara e o Fundo de Previdência possuem disponível **R\$ 0,81**.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ REAL		
TÍTULOS	2013	2014
Ativo Real (A)	15.327.850,98	19.362.936,25
Passivo Real (B)	14.693.368,73	15.889.327,56
Índice de Liquidez Real (A/B)	1,04	1,22

** Indica que para cada **R\$1,00** de compromisso a curto, médio e longo prazo de 2013, a Prefeitura, a Câmara e o Fundo de Previdência possuem **R\$ 1,22** de ativo real.

Os índices de pronta liquidez e imediata aumentaram em 2014, se comparado com 2013, mesmo assim ainda comprometendo o equilíbrio das contas públicas. Desta forma, as mesmas mantiveram-se deficitárias, contudo a Administração Municipal está efetivamente implantando novas formas de planejamento (cronograma de receita e despesa, distribuição e controle de cotas financeiras) para que o equilíbrio seja ATINGIDO, visando atender plenamente o §1º do art. 1º da LRF.

7. Análise do cumprimento dos limites e condições para realização de operações de crédito

As Operações de Crédito realizadas no EXERCÍCIO DE 2014 foram autorizadas através da Lei Municipal nº 625 de 27 de junho de 2013 e obedeceram os limites previstos na Resolução 43/01 de 21/12/2001, do Senado Federal, os quais destacamos:

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS EM 2014	
TÍTULOS	(R\$)
Receita Corrente Líquida (I)	19.736.222,53
Operações de Crédito realizadas em 2014 (II)	267.584,00
Despesas de capital realizadas em 2014 (III)	314.876,42
Total amortizações, juros e encargos da Dívida Consolidada realizada em 2014 (IV)	0,00

TÍTULOS	Limite Máximo	Realizado
Realização de Operações de crédito quanto à RCL (II / I)	16,0 %	1,36
Comprometimento anual com amortizações, juros e encargos da dívida (IV / I)	11,5 %	0,00
Realização de Operações de Crédito quanto à Despesa de Capital (II / III), exceto Operações de Crédito realizadas de acordo com art. 167, III da CF.	100%	117,68

- O montante global das operações realizadas no exercício financeiro de 2014 não foi superior a 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida;
- O comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não excedeu a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida;
- As operações de crédito contratadas no exercício não ultrapassaram o limite das despesas de capital fixadas na Lei Específica.

8. Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar

◆ Prefeitura e Fundo de Previdência

Quanto aos Restos a Pagar inscritos no exercício, estes estão dentro dos preceitos da Lei Complementar nº 101/2000, totalizando o montante de R\$ 3.332.594,55 (três milhões, trezentos e trinta e dois mil, quinhentos e noventa e quatro mil e cinquenta e cinco centavos), sendo R\$ 3.037.954,83 (três milhões, trinta e sete mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos) de restos a pagar processados e R\$ 294.639,72 (duzentos e noventa e quatro mil, seiscentos e trinta e nove reais e setenta e dois centavos), de restos a pagar não processados.

A administração recebeu as contas desequilibradas e está trabalhando com o objetivo de equacionar tal déficit. No exercício atual foram inscritos restos a pagar sem a disponibilidade de caixa correspondente, entretanto, nosso compromisso é diminuir tal diferença de forma que os restos a pagar sejam, no máximo, no montante da disponibilidade de caixa, atendendo desta forma as exigências do art. 42 da Lei Complementar 101/00.

◆ Câmara Municipal

Quanto aos Restos a Pagar inscritos no exercício, estes estão dentro dos preceitos da Lei Complementar nº 101/2000, totalizando o montante de R\$7.800,00 (sete mil e oitocentos reais) restos a pagar processados.

9. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal

DESPESA TOTAL COM PESSOAL EXERCÍCIO DE 2014		
TÍTULOS	R\$	%
Receita Corrente Líquida (A)	19.736.222,53	100,00
Gastos com Pessoal do Município (B) (percentual = B/A x 100)	11.073.990,18	56,12
Gastos com Pessoal do Poder Executivo (C) (percentual = C/A x 100)	10.374.958,61	52,57
Gastos com Pessoal do Poder Legislativo (D) (percentual = D/A x 100)	699.031,57	3,55

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tomando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, ou seja, o mês de referência de empenho da folha de pagamento.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, os gastos com pessoal do Município não poderão exceder a 60% da Receita Corrente Líquida apurada no período, sendo que os gastos do Poder Legislativo não poderão exceder a 6% e os do Poder Executivo a 54%. Demonstramos no quadro acima os gastos com pessoal realizados pelo Município, o qual evidencia que o poder executivo cumpriu integralmente a norma legal.

10. Avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município.

10.1. Aplicação no Ensino Infantil e Fundamental

APLICAÇÃO NO ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL EXERCÍCIO DE 2014	
TÍTULOS	VALOR (R\$)
Receita de Impostos, Transferências Constitucionais, Multas e Juros de Mora dos Impostos e Receita da Dívida Ativa dos Impostos (A)	15.028.033,42
Gastos com Ensino Infantil e Fundamental (B) Despesas pagas	4.105.014,14
Percentual Aplicado no Ensino Infantil e Fundamental (B/A) *100%	27,32

APLICAÇÃO NO ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL EXERCÍCIO DE 2014	
TÍTULOS	VALOR (R\$)
Receita de Impostos, Transferências Constitucionais, Multas e Juros de Mora dos Impostos e Receita da Dívida Ativa dos Impostos (A)	15.028.033,42
Gastos com Ensino Infantil e Fundamental (B) Despesas Liquidadas	4.687.185,20
Percentual Aplicado no Ensino Infantil e Fundamental (B/A) *100%	31,18

Conforme pode ser observado, os gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino foram superiores a 25% (vinte e cinco por cento) da base de cálculo, atendendo o disposto no art. 212 da Constituição Federal.

Empenhos inscritos em restos a pagar do exercício de 2014 estão sem a devida disponibilidade financeira na conta bancária vinculada, conforme determina a Instrução Normativa 13/2008. Portanto foram consideradas pelas as despesas pagas.

10.2. Aplicação dos Recursos do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL EXERCÍCIO DE 2014	
TÍTULOS	VALOR (R\$)
Receitas Recebidas no Exercício (incluindo aplicações financeiras) (A)	3.862.640,18
Despesas Empenhadas no Exercício (B)	3.864.346,49
Despesas Empenhadas no Exercício c/a Remuneração dos Profis.Magistério (C)	2.336.32,17
Percentual Aplicado na Remuneração dos Profissionais do Magistério (C/A) * 100%	60,48

Conforme pode ser observado, os gastos com a remuneração dos Profissionais do Magistério com recursos do FUNDEB superaram o limite mínimo de 60% (sessenta por cento) da receita arrecadada, atendendo a legislação vigente.

O saldo apresentado na conta do Fundeb ao final do exercício de 2014 foi de R\$ 298.784,15 (duzentos e noventa e oito mil, setecentos e oitenta e quatro reais e quinze centavos), sendo, portanto suficientes para acobertar os restos a pagar no valor de R\$298.784,15 (duzentos e noventa e oito mil, setecentos e oitenta e quatro reais e quinze centavos), não restando saldo a aplicar no exercício de 2015.

Conforme determina o parágrafo único, do art. 27, da Lei 11.494/2007, a prestação de contas não está instruída com o parecer conclusivo do conselho acerca da aplicação dos recursos do FUNDEB, sendo que o chefe do Poder Executivo não poderá ser responsabilizado pela falta do referido parecer.

10.3. Ensino Médio, Superior e Especial

O Município atuou prioritariamente no ensino fundamental e no ensino infantil.

O Município concedeu subvenção à APAE, durante o EXERCÍCIO DE 2014, contudo, os referidos gastos não entraram no cômputo dos recursos aplicados no ensino.

11. Avaliação da aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município.

A Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, definiu o limite a ser aplicado nas ações e serviços públicos de saúde deverão ser equivalentes a, no mínimo, 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos e transferências, a partir do exercício de 2010.

APLICAÇÃO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		
EXERCÍCIO DE 2014		
TÍTULOS	VALOR	%
Receita de Impostos, Transferências Constitucionais, Multas e Juros de Mora dos Impostos e Receita da Dívida Ativa dos Impostos (A)	R\$ 15.028.033,42	100,00%
Gastos nas Ações e Serv. Públicos de Saúde com recursos próprios (B) [percentual = (B/A) *100]	R\$ 3.558.855,41	23,68%

O Município aplicou nas ações e serviços públicos de saúde no exercício de 2010, com recursos próprios, mais do que 15% (quinze por cento) da base de cálculo e manteve a aplicação acima deste índice no EXERCÍCIO DE 2014, atendendo desta forma a Emenda Constitucional nº 29/00.

12. Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS		
EXERCÍCIO DE 2014		
HISTÓRICO	INGRESSO (R\$)	APLICAÇÃO (R\$)
Saldo do exercício anterior	0,00	
Alienação de ativos e rendimentos	15.500,00	
Aplicação no exercício de 2014	0	15.500,00
Totais	15.500,00	15.500,00
Saldo para o exercício seguinte		0,00

Os recursos arrecadados no exercício atual, oriundos da alienação de bens, foram utilizados no pagamento de despesas de capital, conforme determina o art. 44 da LRF.

ORIGEM DOS RECURSOS :

Alienação :

- a) Strada Fire FLX Placa HMH 6723 R\$ 6.400,00
 b) Máquina beneficiar café R\$ 9.100,00

Total R\$15.500,00

APLICAÇÃO DOS RECURSOS

- a) Strada Working Placa PUR 4088 R\$ 15.500,00

Total R\$ 15.500,00

13. Análise da observância do disposto no artigo 29-A da Constituição Federal, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo

REPASSES EFETUADOS AO PODER LEGISLATIVO		
EXERCÍCIO DE 2014		
Receita Tributária, Transferências Constitucionais, Receita da Dívida Ativa Tributária, Multas e Juros decorrentes de Receitas Tributárias, arrecadadas em 2013.	Limite Máximo de Repasses 7,00 % das receitas arrecadadas em 2013, conforme primeira coluna.	Repasse Realizado
R\$ 13.129.774,08	R\$ 919.084,19	R\$ 919.084,19

É oportuno observar que, de acordo com o art. 29-A da Constituição da República, o total das despesas do Poder Legislativo dos Municípios não poderá ultrapassar o limite máximo, de acordo com a população de cada Município, das receitas tributárias e das transferências constitucionais efetivamente arrecadadas no exercício imediatamente anterior, conforme determina o art. 29-A da Constituição da República.

Observa-se que efetuar repasse ao Poder Legislativo acima do limite máximo constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal, assim como também realizar repasses inferiores à proporção fixada na Lei Orçamentária, nos termos, respectivamente, dos incisos I e III, do § 2º, do art. 29-A da Constituição da República.

O total da receita tributária, transferências constitucionais, receita da dívida ativa tributária, multas e juros decorrentes de receitas tributárias, arrecadadas em 2013, totalizaram R\$ 13.129.774,08 (treze milhões, cento e vinte e nove mil, setecentos e setenta e quatro reais e oito centavos), enquanto os repasses ao Poder Legislativo no EXERCÍCIO DE 2014 totalizaram o valor de R\$ 919.084,19 (novecentos e

dezenove mil, oitenta e quatro reais e dezenove centavos) estando, portanto, abaixo do limite máximo permitido e de acordo com a proporção fixada na LOA.

14. Avaliação sobre as providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário.

Não houve sindicâncias, inquéritos, processos administrativos ou tomados de contas especiais adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário no exercício de 2014.

15. Medidas Adotadas para Proteger o Patrimônio Público, em Especial o Ativo Imobilizado.

Para proteger seu patrimônio, fazendo com que o mesmo evolua, o Município realizou no exercício de 2014, as seguintes medidas:

Conforme se verifica no Demonstrativo das Variações Patrimoniais, no exercício de 2014, um superávit de R\$ 3.766.549,36 (três milhões, setecentos e sessenta e seis mil, quinhentos e quarenta e nove reais e trinta e seis centavos) , tendo as Mutações Patrimoniais Ativas superadas as passivas em R\$ 473.808,07 (quatrocentos e setenta e três mil, oitocentos e oito reais e sete centavos) proveniente de aquisições bens moveis e inscrição e atualização da dívida ativa superior a sua cobrança.

16. Aplicação de Recursos Públicos por Entidades de Direito Privado.

Os valores repassados a título de transferências de recursos públicos a entidades de direito privado foram autorizados por Lei Municipal.

Todas as transferências realizadas obedeceram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o limite das dotações consignadas no orçamento e respectivos créditos adicionais autorizados, além das exigências da lei autorizativa, em especial:

- que atendesse direto ao público, de forma gratuita;
- não possuir débito de prestação de contas de recursos recebidos anteriormente, e prestasse contas dos recursos recebidos em 2013;
- apresentasse declaração de regular funcionamento nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2013 por autoridade local;
- comprovasse a regularidade fiscal, mediante apresentação das certidões negativas de débitos;
- comprovasse a regularidade do mandato de sua diretoria;
- ser declarada por lei como entidade de utilidade pública;
- apresentasse o Plano de Aplicação dos Recursos, especificando as metas e objetivos;

- existência de recursos orçamentários e financeiros;
- celebrasse o respectivo convênio.

As prestações de contas dos recursos transferidos às entidades de direito privado foram devidamente encaminhadas e foram totalmente aprovadas pelo órgão competente da Prefeitura.

17. Termos de Parceria Firmados e Participação do Município em consórcio Público, as Respectivas Leis e o Impacto Financeiro no Orçamento.

NOME DO CONSÓRCIO PÚBLICO	VALOR REPASSADO	PERCENTUAL EM RELAÇÃO DO ORÇAMENTO
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS CAPARÓ	138.867,25	0,57

18. Indicação do montante inscrito em restos a pagar referente a contribuições previdenciárias devidas ao instituto próprio de previdência, com avaliação do impacto da inscrição sobre o total da dívida flutuante

INDICAÇÃO DO MONTANTE INSCRITO EM RESTOS A PAGAR REFERENTE A CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DEVIDAS AO INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA		
EXERCÍCIO DE 2014		
TOTAL DA DÍVIDA FLUTUANTE (R\$)	MONTANTE INSCRITO EM RESTOS A PAGAR DE 2014, REFERENTE ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (R\$)	IMPACTO EM %
4.686.035,42	281.458,31	6,01

19. Detalhamento da composição das despesas pagas a título de obrigações patronais, distinguindo os valores repassados ao Instituto Nacional do Seguro Social e aqueles repassados ao instituto próprio de previdência

PERÍODO	OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS AO INSS (R\$)	OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS AO INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (R\$)	TOTAL DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS (PAGAS) (R\$)
JANEIRO A DEZEMBRO	174.597,22	642.438,99	817.036,21

20. Avaliação dos procedimentos adotados quando de renegociação da dívida para com o instituto próprio de previdência, com indicação do valor do débito, dos critérios utilizados para a correção da dívida, do número de parcelas a serem amortizadas ou de outras condições de pagamento pactuadas.

AVALIAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ADOTADOS QUANDO DE RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA PARA COM O INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	
EXERCÍCIO DE 2014	
DÉBITO COM O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA (VALOR NOMINAL) atualizado	R\$ 1.000.530,84
ÍNDICE APLICADO PARA CORREÇÃO DA DÍVIDA	INPC + 6,0 % ao ano .
DÉBITO COM O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA (VALOR CORRIGIDO)	R\$
NÚMERO DE PARCELAS A SEREM AMORTIZADAS	240

21. Certificação de que os registros de dívida de natureza previdenciária foram conciliados com aqueles inseridos nos demonstrativos contábeis dos fundos e institutos próprios, especialmente no que diz respeito a Restos a Pagar, Dívida Ativa, Contribuições a Receber e Empréstimos

- CERTIFICAÇÃO -

Certificamos que os registros da dívida de natureza previdenciária estão conciliados com os registros inseridos nos demonstrativos contábeis do **Fundo de Previdência Municipal**, principalmente aqueles referentes a restos a pagar, dívida ativa, contribuições a receber e empréstimos, conforme especificado na tabela a seguir:

DEMONSTRATIVO DO REGISTRO DAS DÍVIDAS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA NA ENTIDADE E NO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL			
EXERCÍCIO DE 2014			
REGISTRO NAS ENTIDADES		REGISTRO NO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA	
TÍTULOS DAS CONTAS	R\$	TÍTULOS DAS CONTAS	R\$
Passivo Financeiro – Restos A Pagar		Ativo Permanente – Outros Créditos – Contribuições Previdenciárias a Receber	1.000.530,84
Passivo Financeiro – Depósitos		Ativo Permanente – Outros Créditos – Contribuições Previdenciárias a Receber	
Passivo Permanente– Dívida Fundada Interna – Empréstimos Recebidos do Fundo Próprio de Previdência	1.000.530,84	Ativo Permanente – Créditos – Empréstimos Concedidos	
Passivo Permanente– Dívida Fundada Interna – Parcelamento de Débitos Com o Fundo Próprio de Previdência		Ativo Permanente – Créditos – Parcelamento de Dívida Concedido	

22. Cumprimento Instrumento de Planejamento

Conforme determina a Instrução Normativa nº 10 de 14 de dezembro de 2011, a remessa do Instrumento de Planejamento, ou seja, PPA, LDO e LOA deverão ser encaminhadas até o dia 31 de janeiro de 2014. O município de São João do Manhuaçu atendeu a referida Instrução Normativo encaminhando os referidos relatórios na data de 30 de janeiro de 2014, protocolo 310249278.

23. Conclusão

O processo de Prestação de Contas foi examinado por este Controle Interno e verificamos que o mesmo encontra-se devidamente instruído, com os elementos de que trata as *Instruções Normativas* e representa de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no processo.

O Órgão Central de Controle Interno da Prefeitura Municipal de São João do Manhuaçu acompanhou a execução orçamentária, financeira, patrimonial, administrativa e operacional, bem como analisou as demonstrações contábeis e os registros que deram origem as mesmas, para então, emitir o parecer sobre as contas do EXERCÍCIO DE 2014.

Trabalhamos de forma integrada junto ao controle interno das demais entidades pertencentes a este Município e acompanhamos de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando a proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, e a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração.

Por meio dos acompanhamentos realizados durante o exercício em referência, verificamos que todas as recomendações/determinações expedidas por este sistema de controle interno foram objeto de ações com vistas ao cumprimento das mesmas.

Nos nossos trabalhos examinamos os controles internos administrativos desta entidade, com base nos procedimentos e técnicas utilizadas, e concluímos que os mesmos estão devidamente adequados e aderentes às normas internas do órgão controlado.

Finalmente, procedemos ao exame do Processo de Prestação de Contas levantado em 31 de dezembro de 2014, correspondente ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade da Administração.

Verificamos o Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Comparativo do Balanço Patrimonial, Demonstração da Dívida Flutuante, Demonstração dos Devedores Diversos, Demonstração da Dívida Fundada, Demonstração dos Bens Incorporados e Desincorporados, Inventário Geral Analítico, Demonstrativo dos Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, Demonstrativo dos Recursos Recebidos

do FUNDEB e sua Aplicação, Demonstrativo dos Gastos com Pessoal, Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, Demonstrativo das Receitas mensais para verificação dos limites estabelecidos pela EC 25/00 e demais demonstrações contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente em todos os aspectos legais, a posição patrimonial e financeira da Prefeitura e Câmara em 31 de dezembro de 2014, referente ao exercício findo naquela data, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, portanto, o controle interno opina pela **aprovação das contas do exercício de 2014.**

São João do Manhuaçu, 26 de março de 2015

MARCIO JOSE GUIMARAES DE SANTANA
Responsável pelo Controle Interno